

Secção Permanente de Estatísticas de Base Territorial (SPEBT)

Territórios e Convergência Real

Vasco Leite e Rui Monteiro
CCDRN

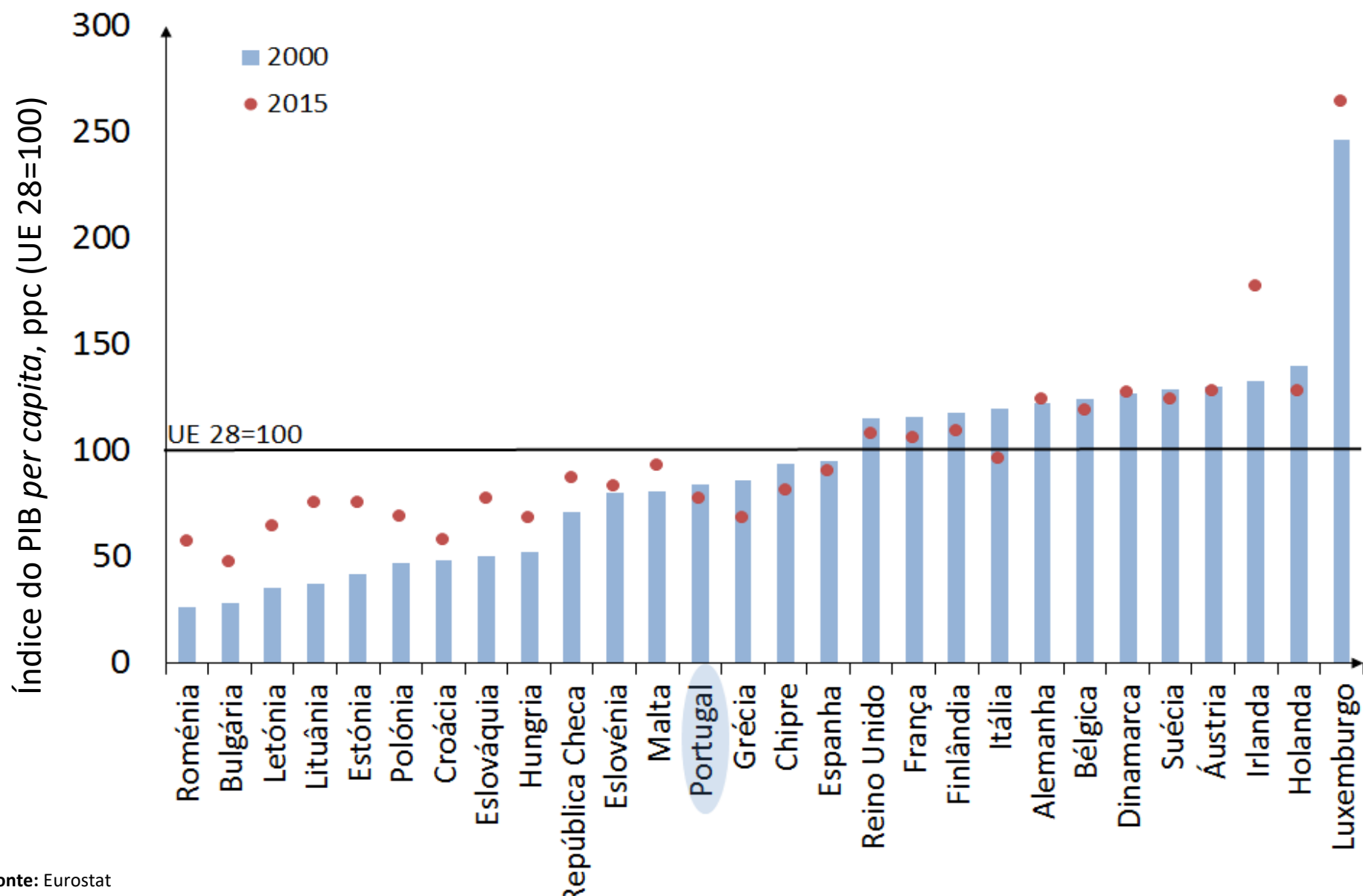
Sumário

1. *Territórios e convergência real no contexto da UE 28*
2. *Territórios e convergência real no contexto nacional*
3. *Territórios e convergência real no contexto da Região do Norte*
4. *Convergência real e política de coesão da União Europeia*
5. *Conclusões*

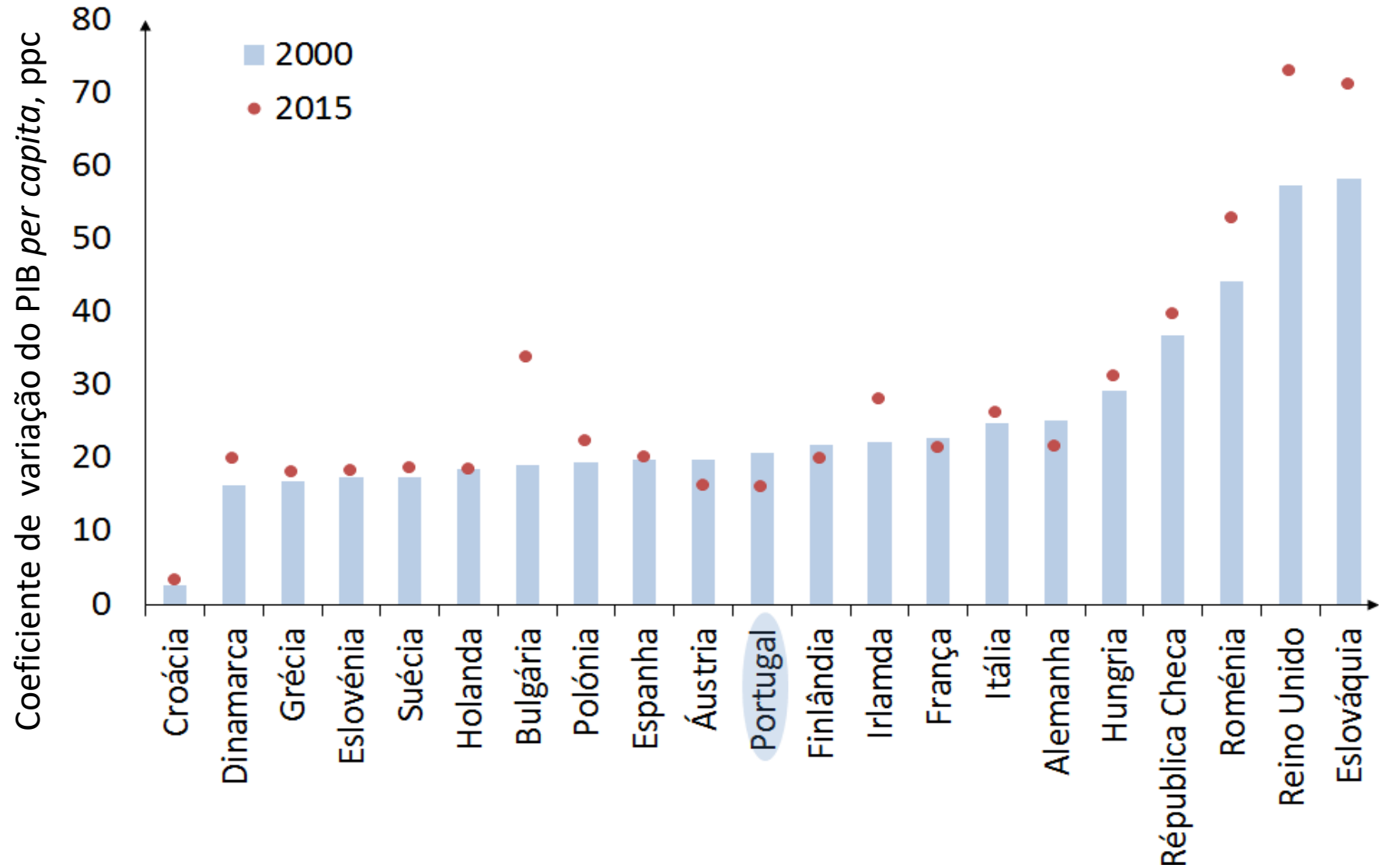
Sumário

1. *Territórios e convergência real no contexto da UE 28*
2. *Territórios e convergência real no contexto nacional*
3. *Territórios e convergência real no contexto da Região do Norte*
4. *Convergência real e política de coesão da União Europeia*
5. *Conclusões*

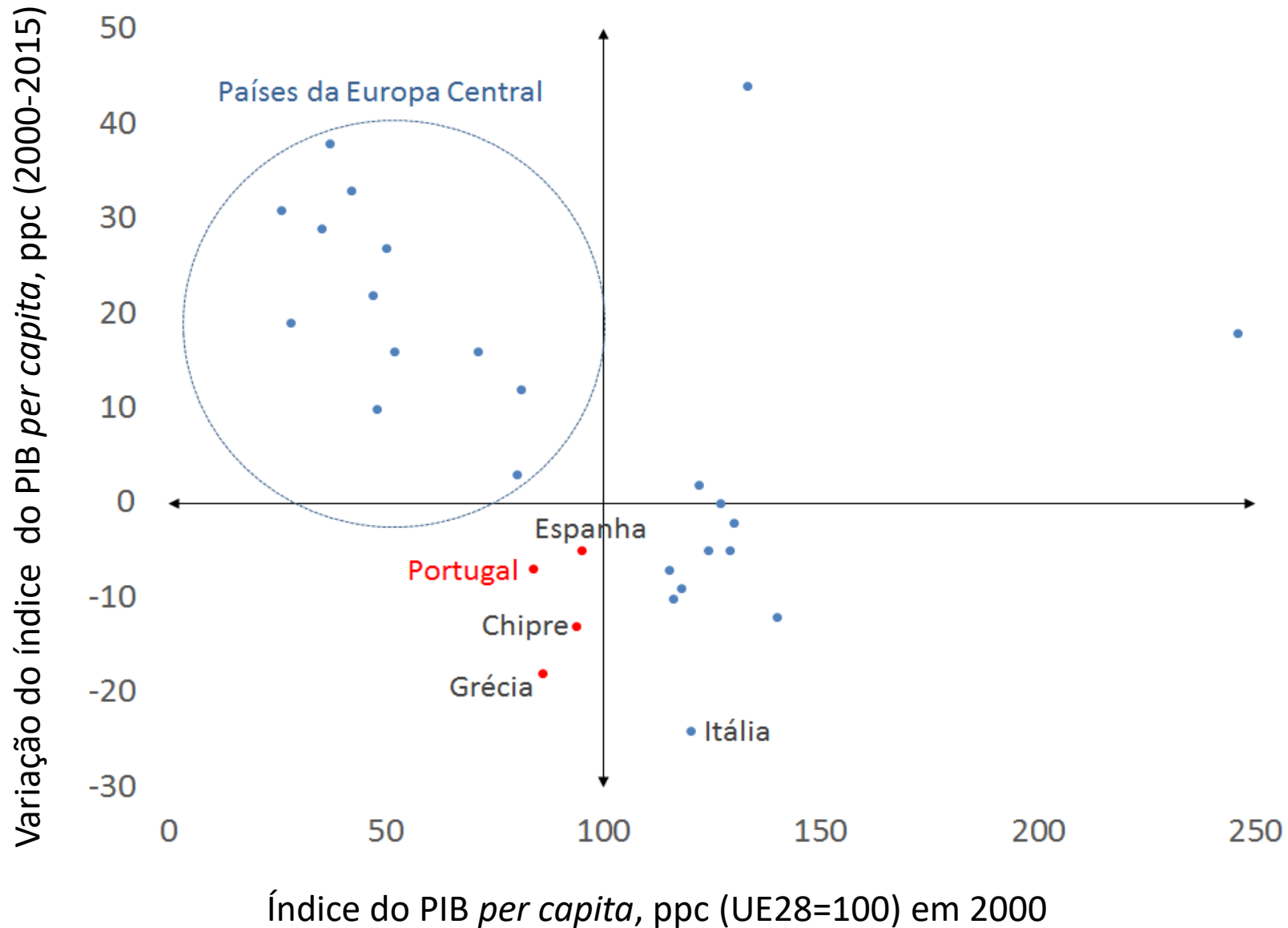
1. Convergência entre os países (UE28)



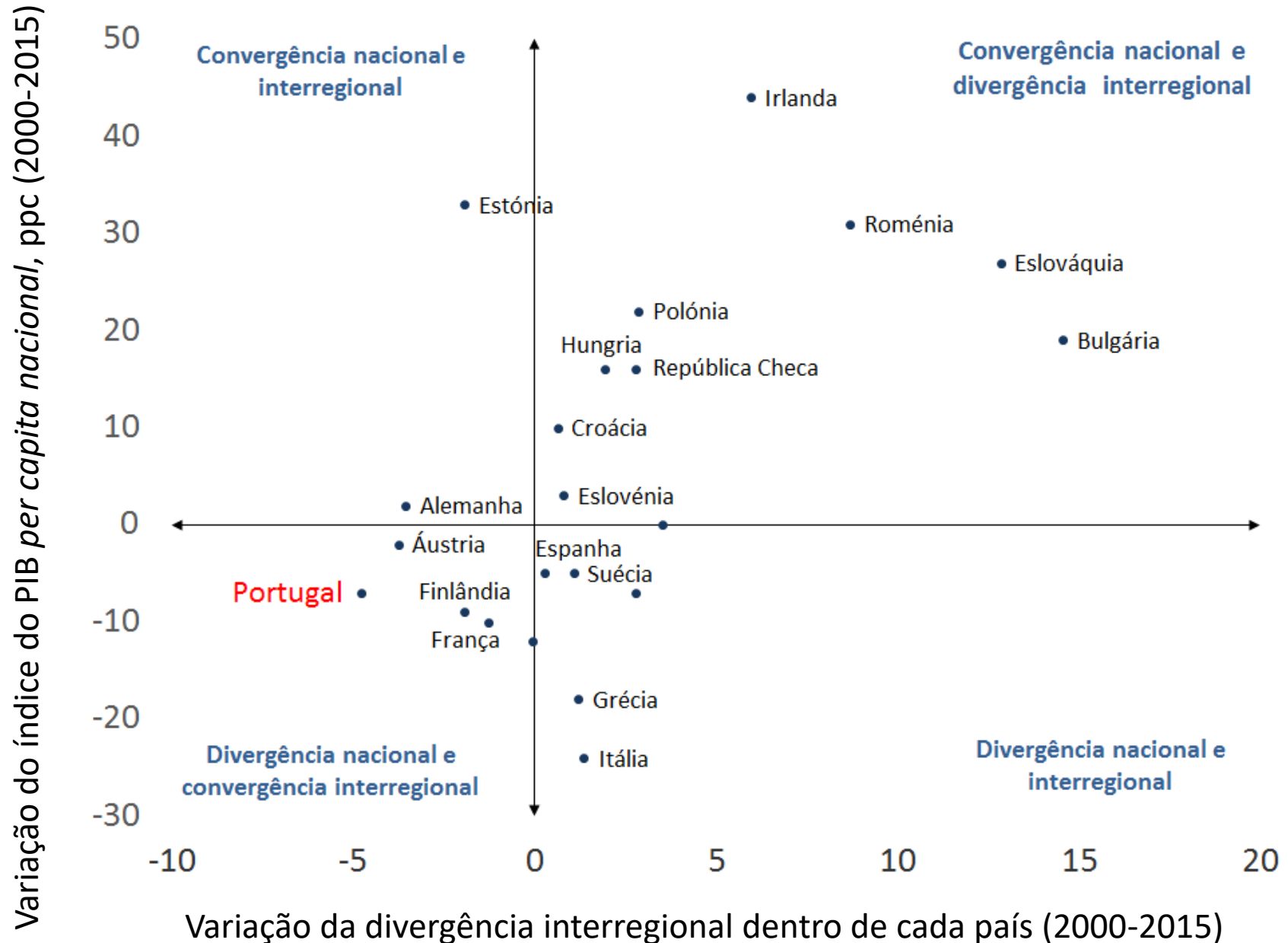
2. Divergência interregional dentro dos países (EU 28)



3. Convergência real e desenvolvimento (2000-2015)

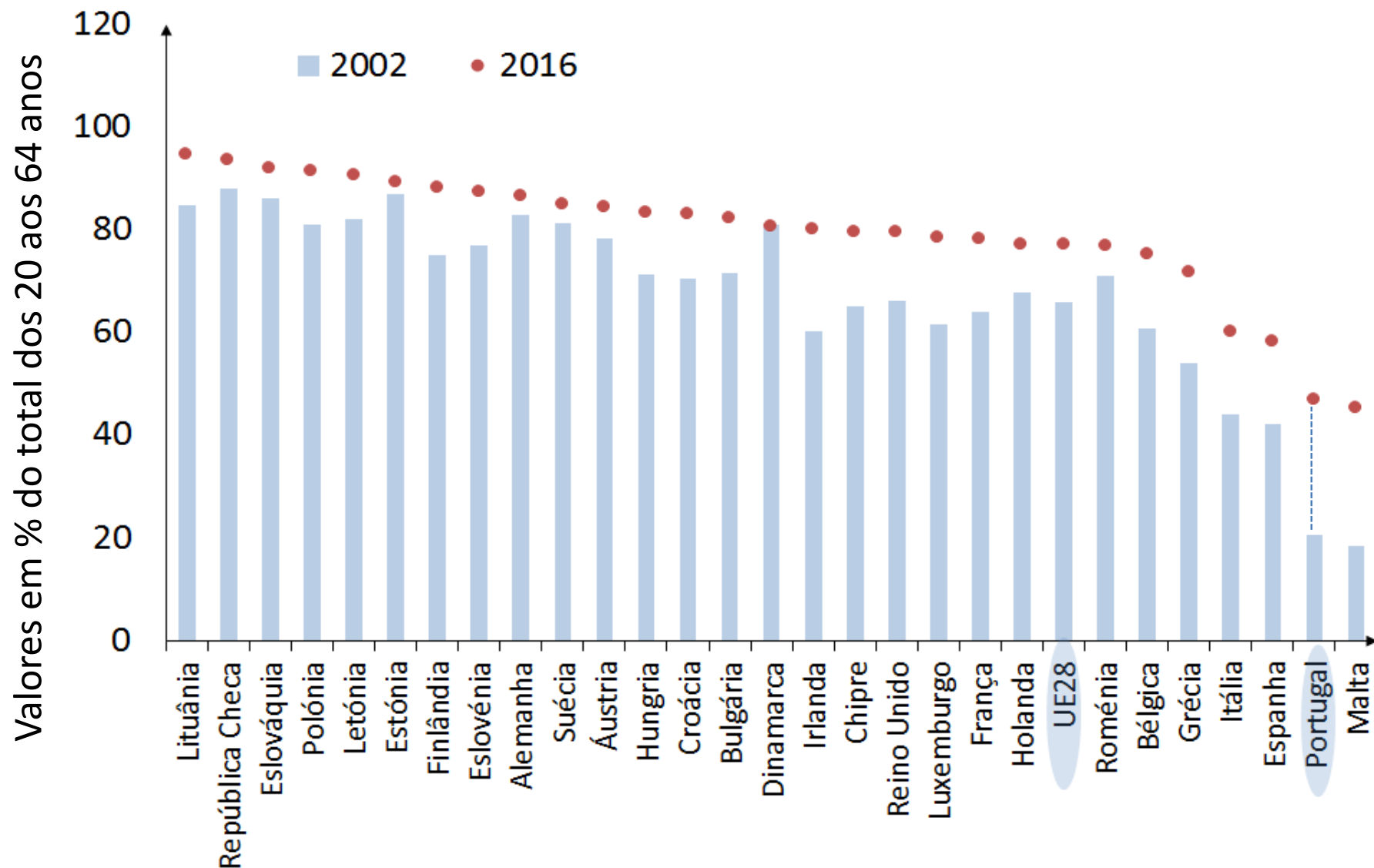


4. Convergência nacional e interregional (2000-2015)

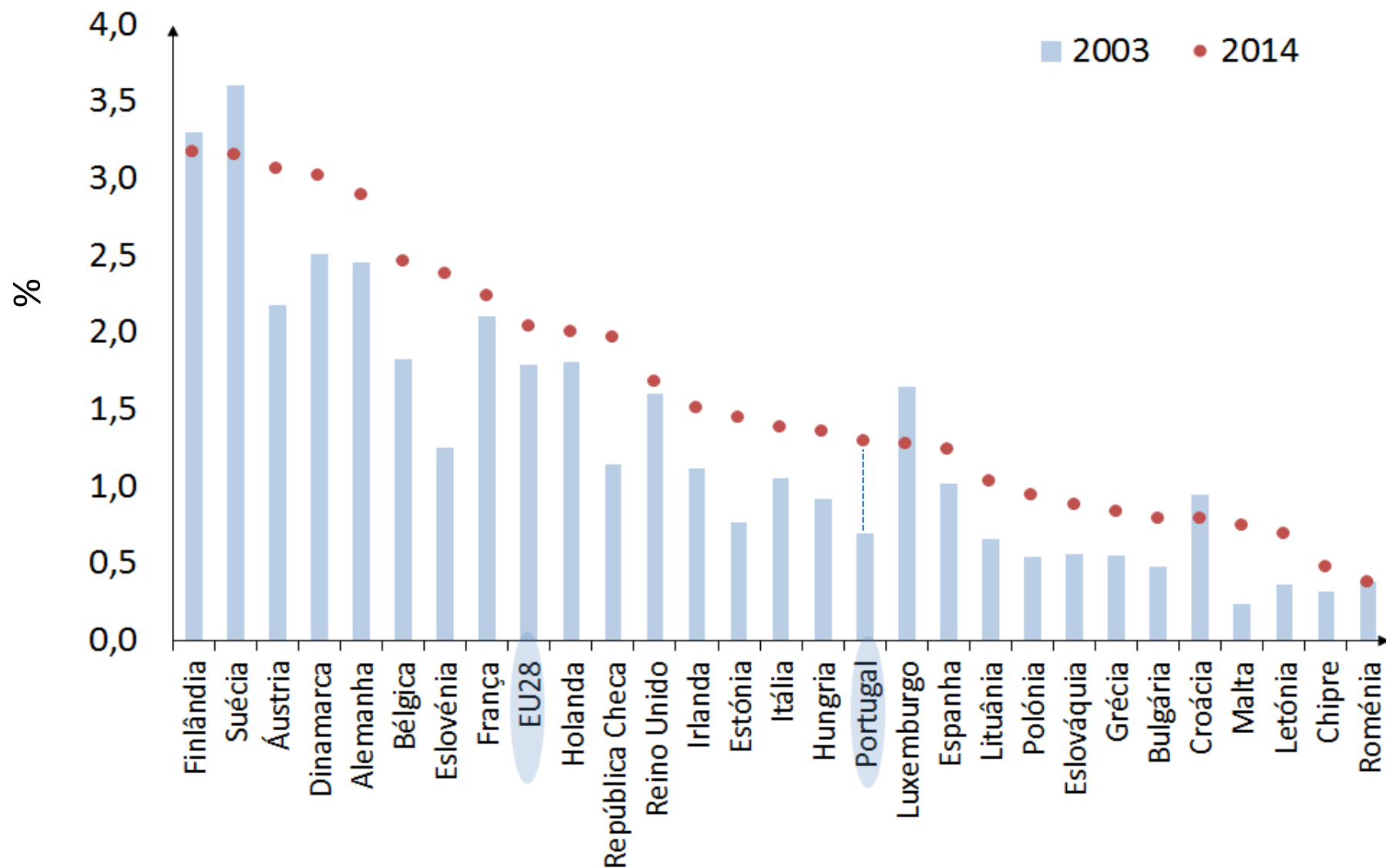


5. População com, pelo menos, o ensino secundário

20-64 anos



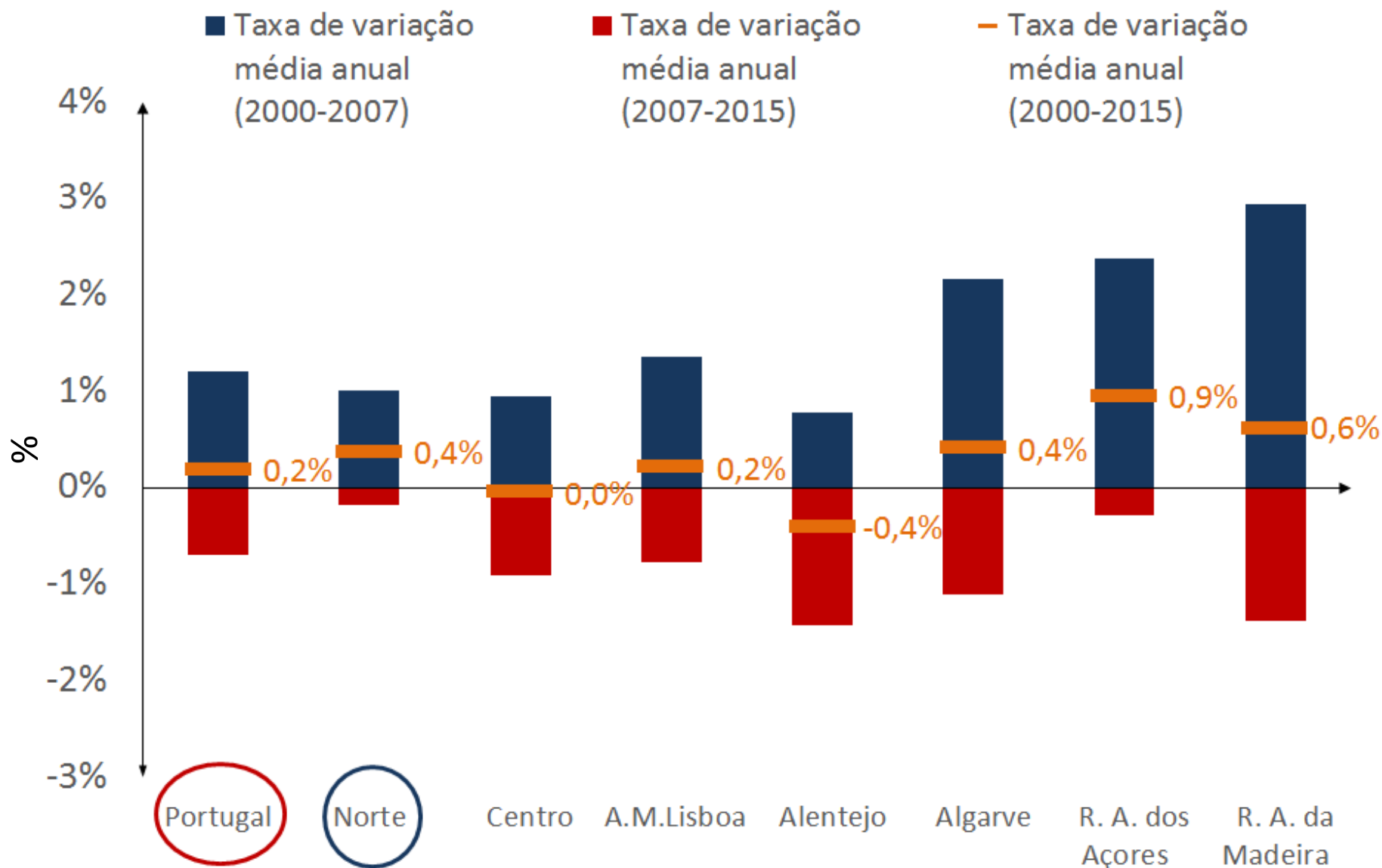
6. Investigação e desenvolvimento (% do PIB)



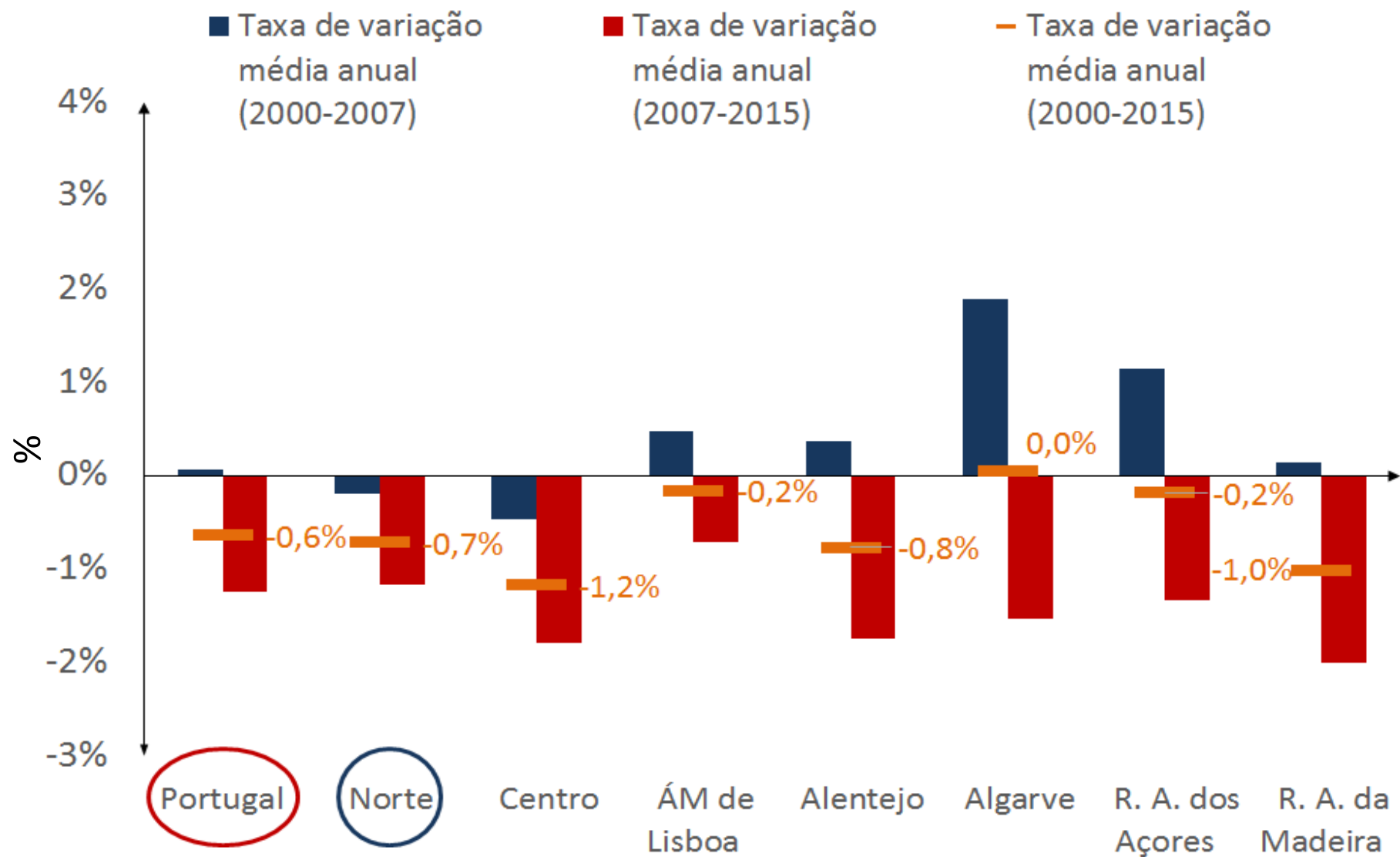
Sumário

1. *Territórios e convergência real no contexto da UE 28*
2. ***Territórios e convergência real no contexto nacional***
3. *Territórios e convergência real no contexto da Região do Norte*
4. *Convergência real e política de coesão da União Europeia*
5. *Conclusões*

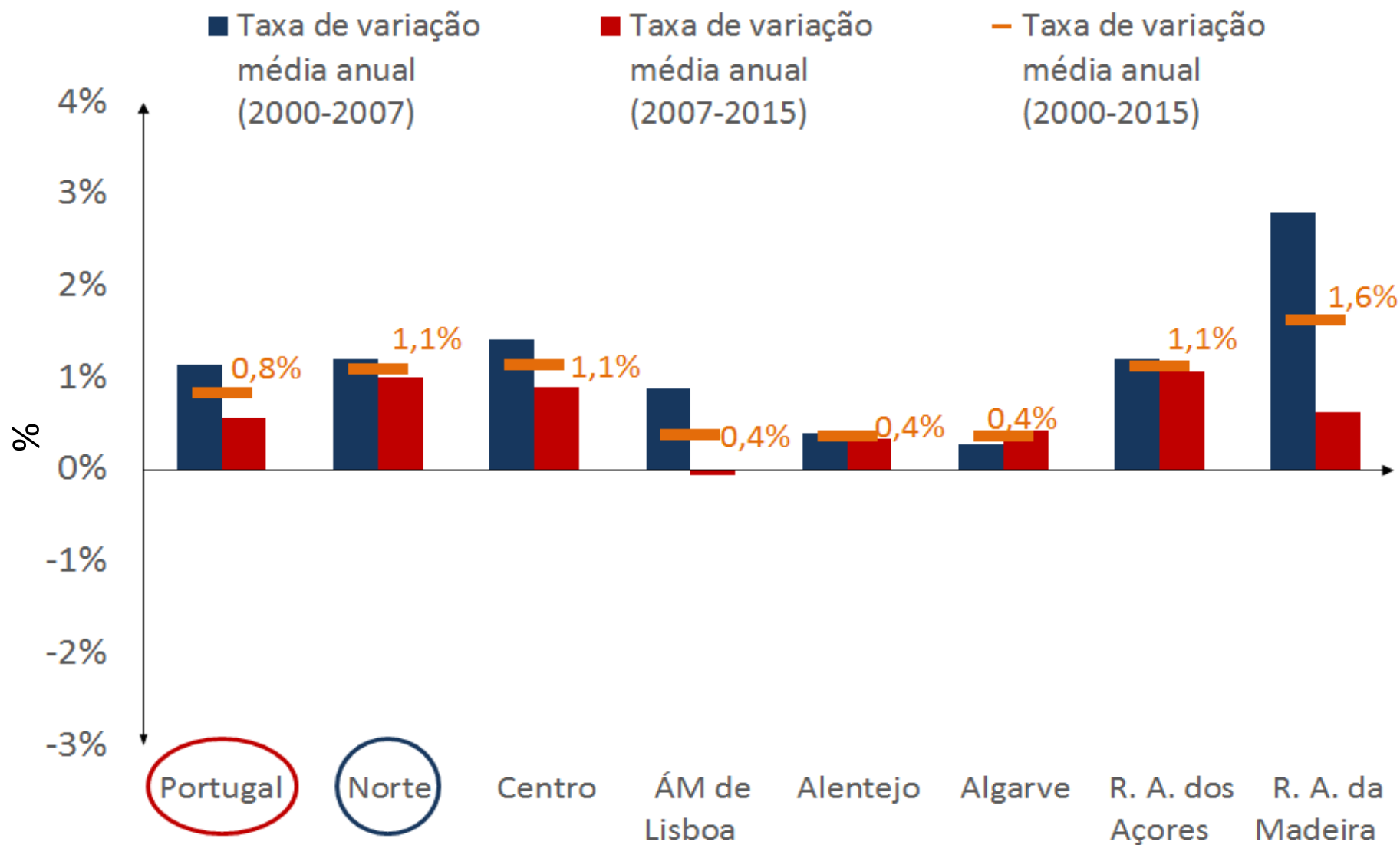
7. Taxa de variação real do PIB por NUTS II



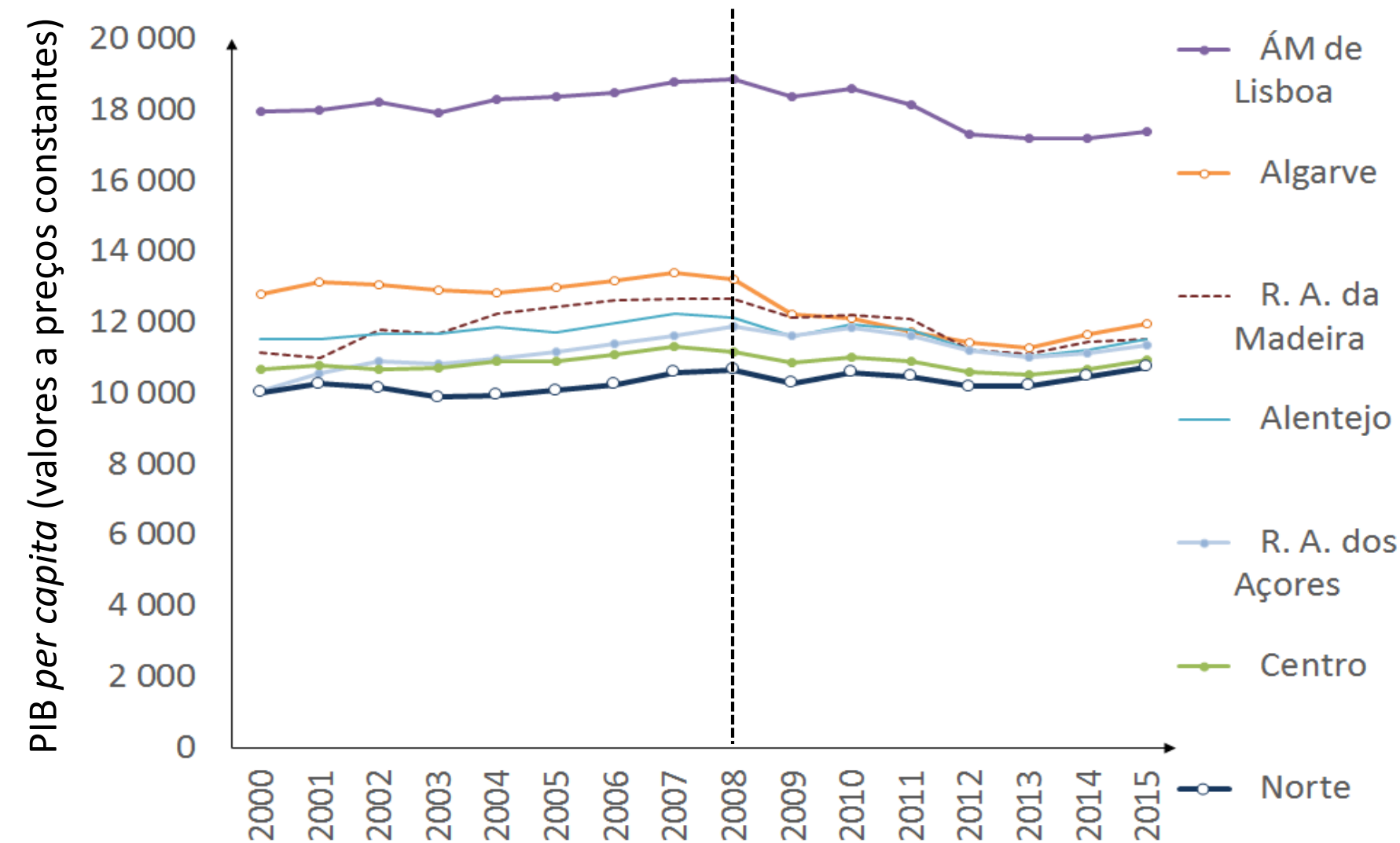
8. Taxa de variação da população empregada NUTS II



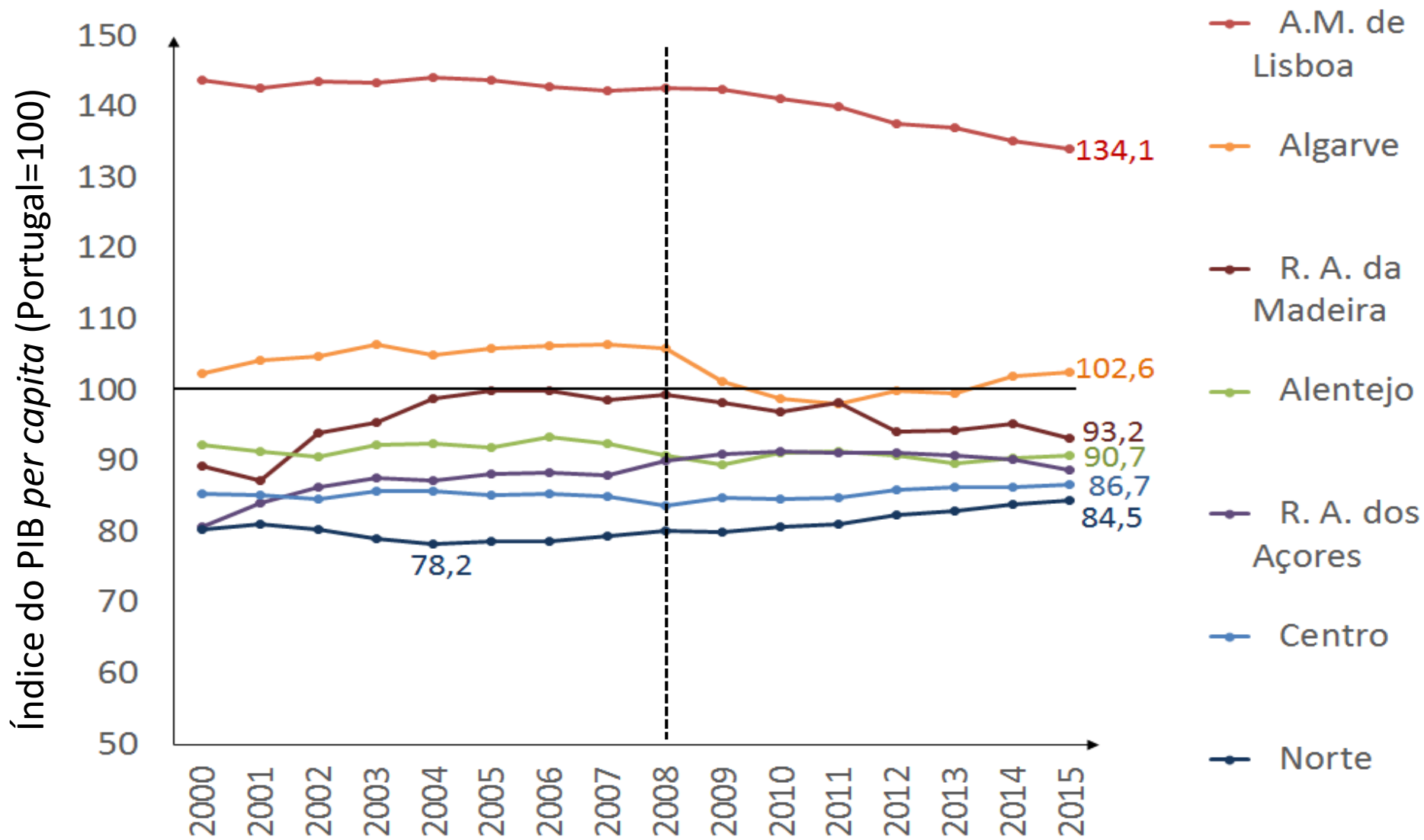
9. Taxa de variação da produtividade por NUTS II



10. PIB *per capita* real das NUTS II



11. Convergência entre as regiões NUTS II

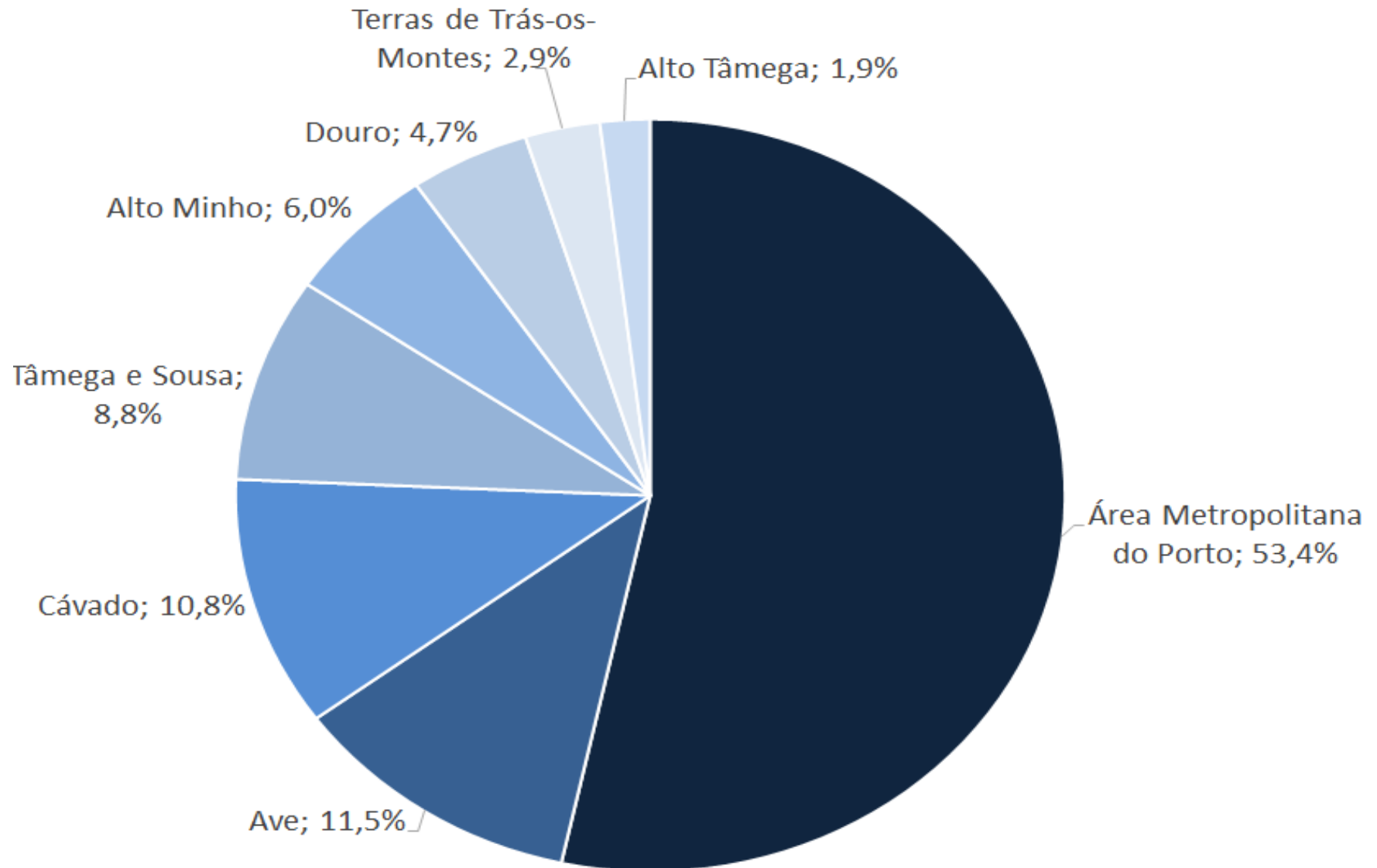


Sumário

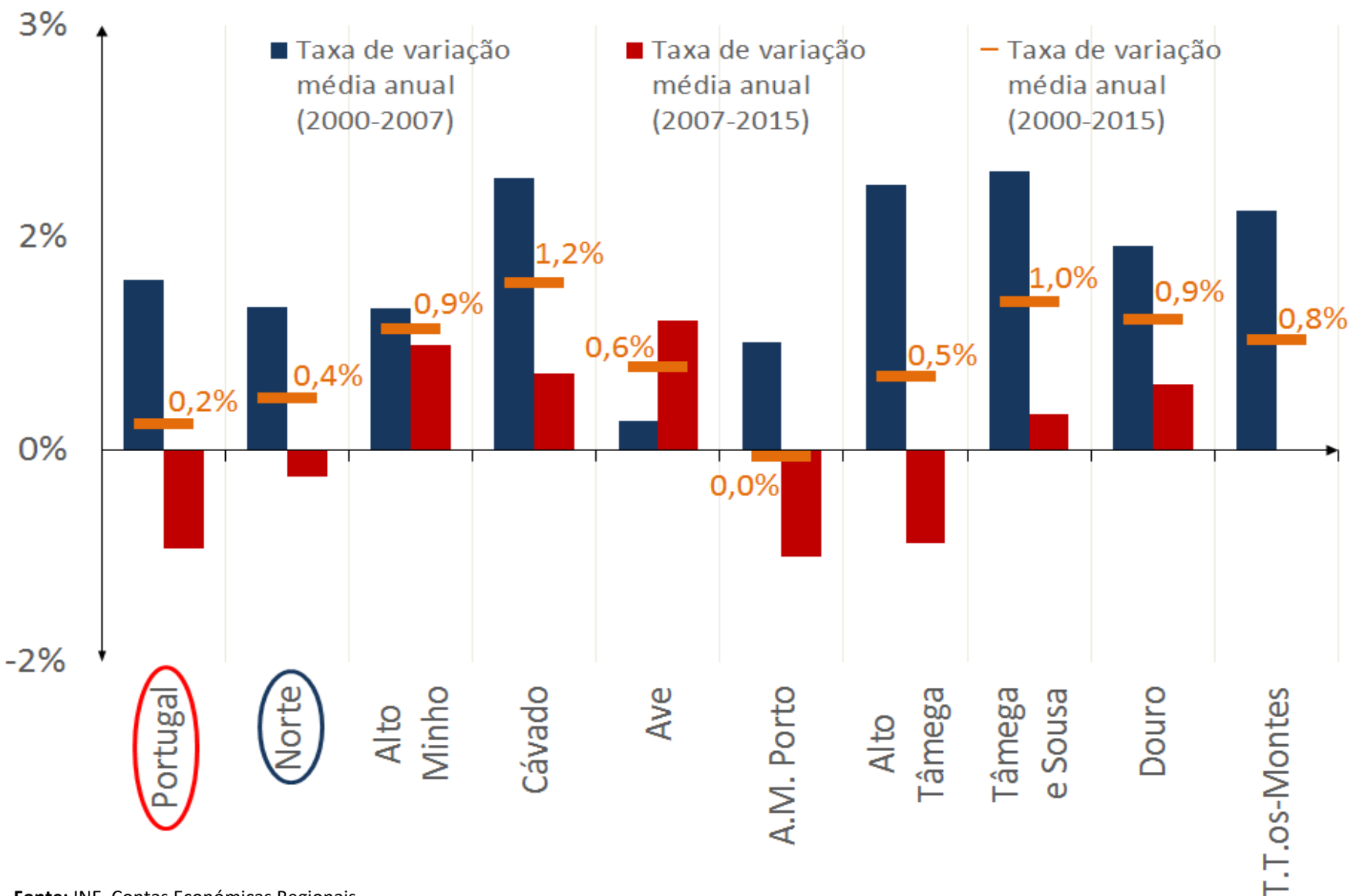
2. *Territórios e convergência real no contexto nacional*
3. *Territórios e convergência real no contexto da Região do Norte*
4. *Convergência real e política de coesão da União Europeia*
5. *Conclusões*

12. PIB das regiões NUTS III em % do total do Norte

Ano de 2015



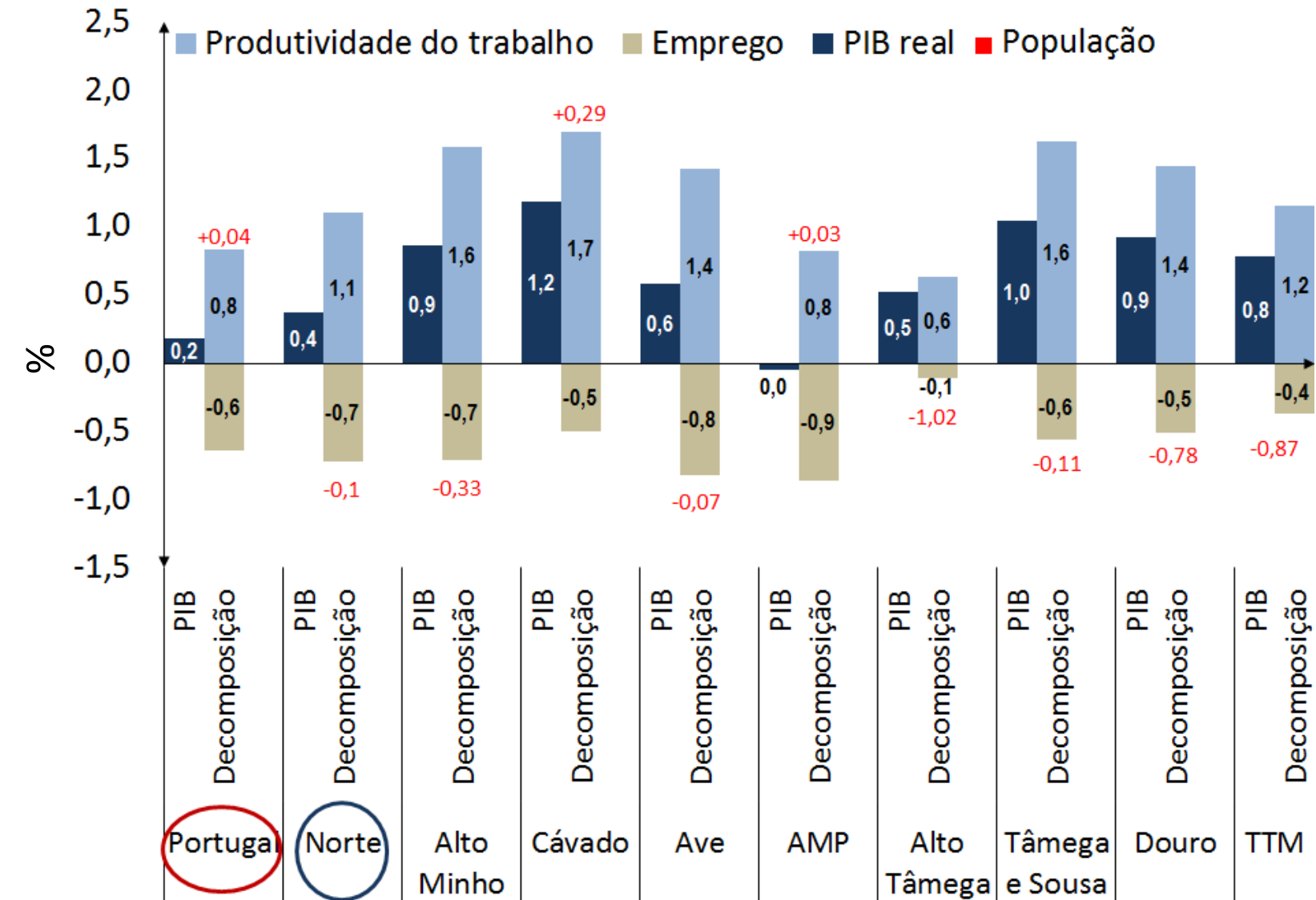
13. Taxa de variação real do PIB das regiões NUTS III



Fonte: INE, Contas Económicas Regionais

Hipótese: O deflator do PIB das NUTS III igual ao das NUTS II

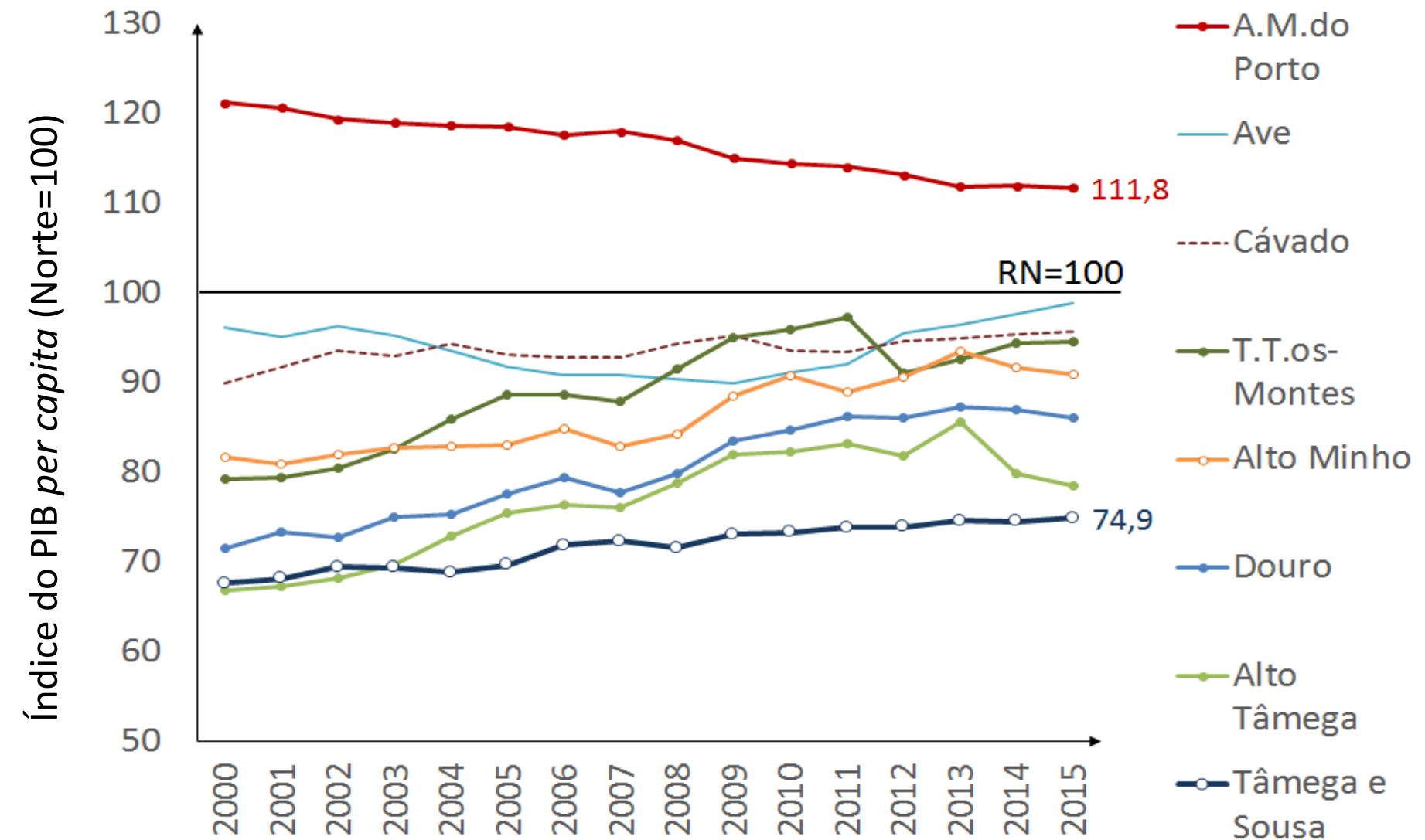
14. Decomposição da variação do PIB (2000-2015)



Fonte: INE, Contas Económicas Regionais

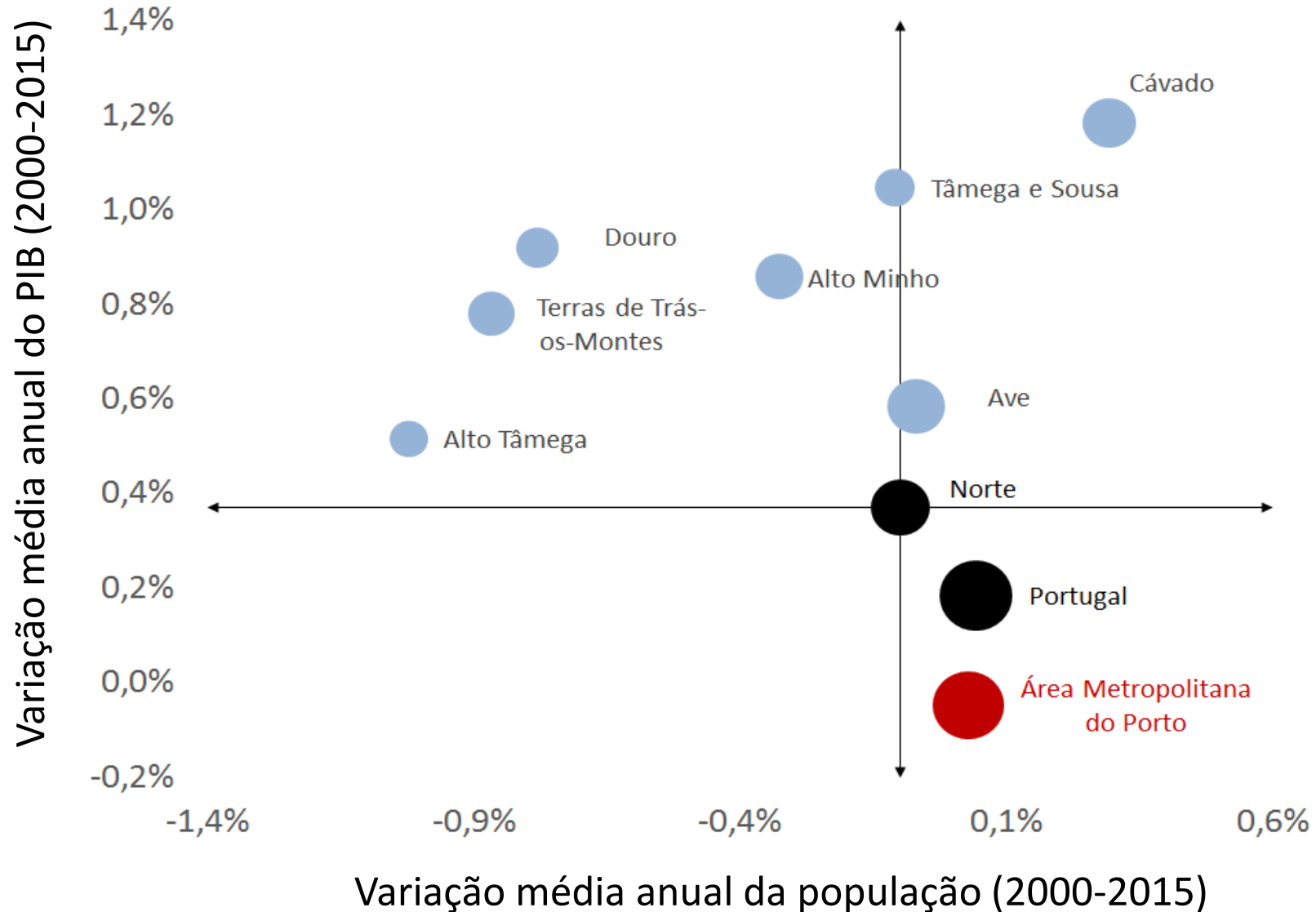
Hipótese: O deflator do PIB das NUTS III igual ao das NUTS II

15. Convergência entre as NUTS III da Região Norte

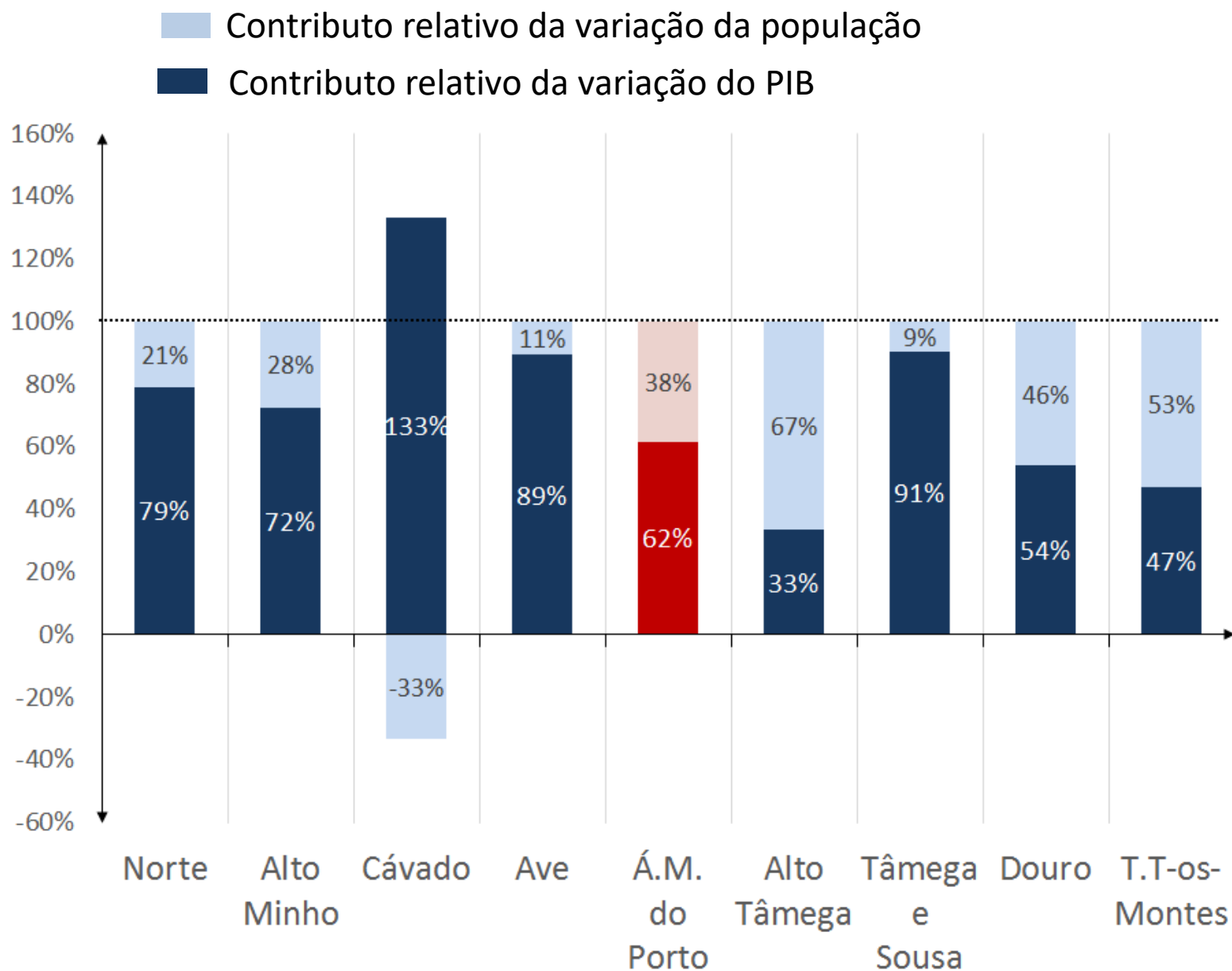


16. PIB *per capita* – variação do PIB e da população

● Dimensão da bola: PIB *per capita* em 2000



17. Variação do PIB *per capita* (2000-2015)



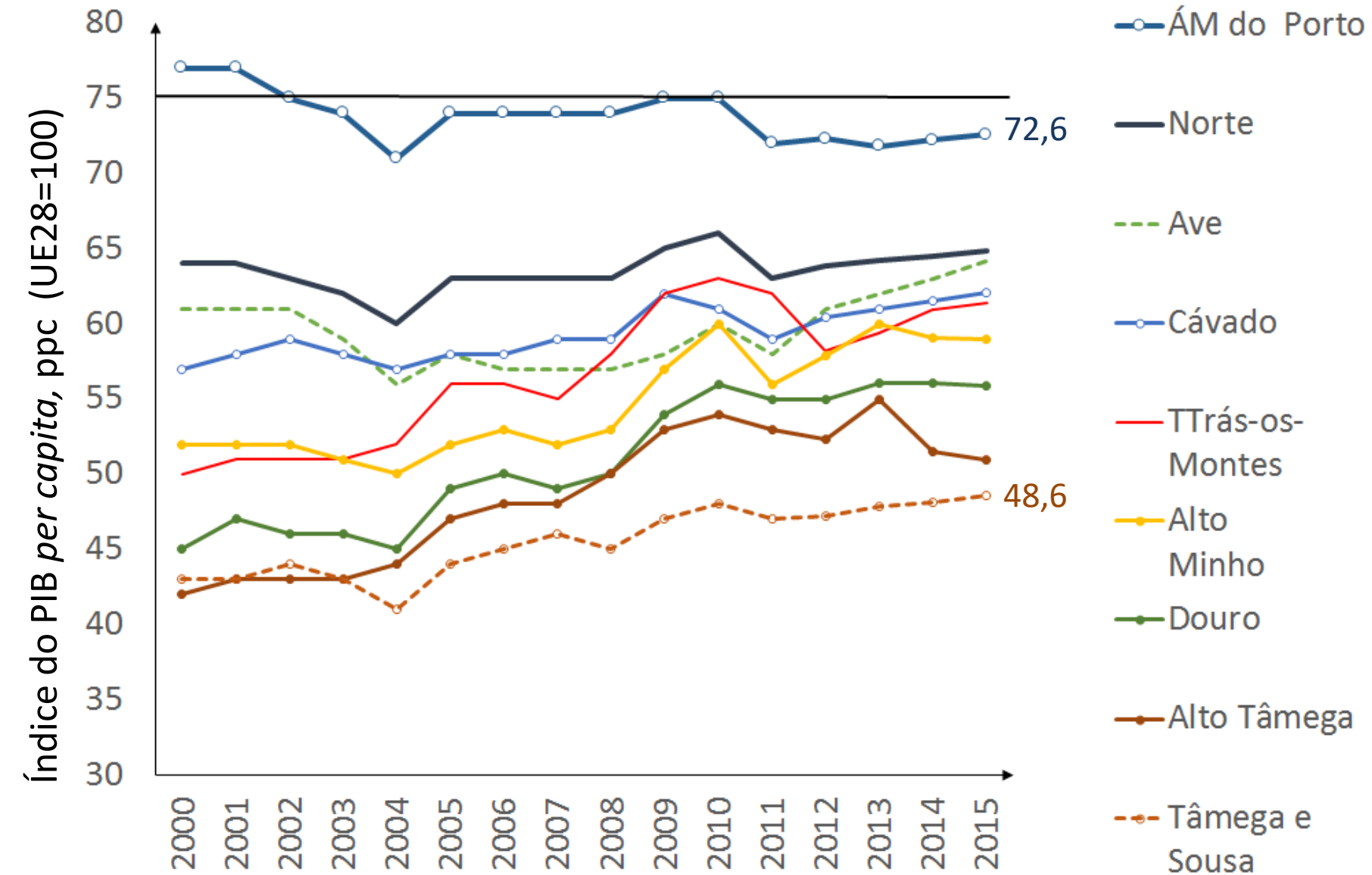
Sumário

2. *Territórios e convergência real no contexto nacional*

4. *Convergência real e política de coesão da União Europeia*

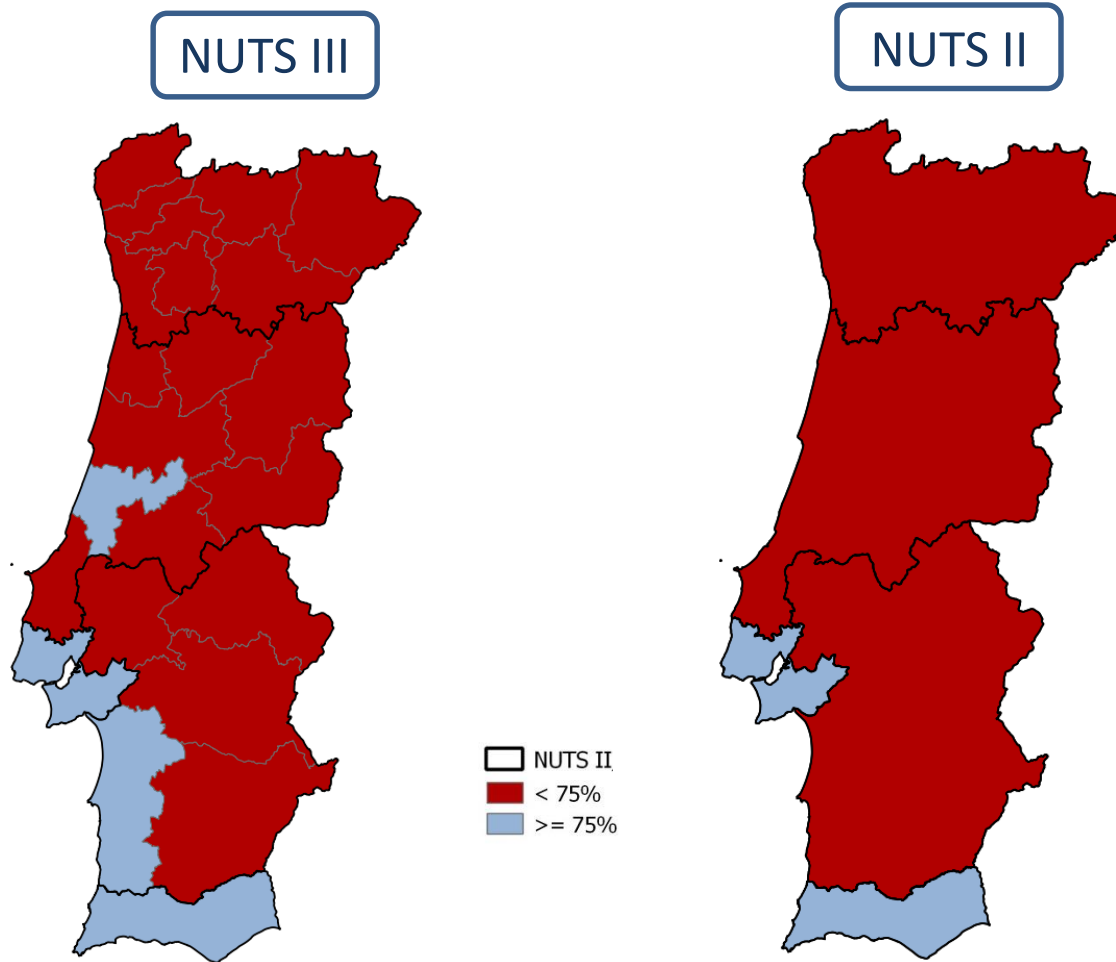
5. *Conclusões*

18. Convergência das regiões NUTS III face à UE28



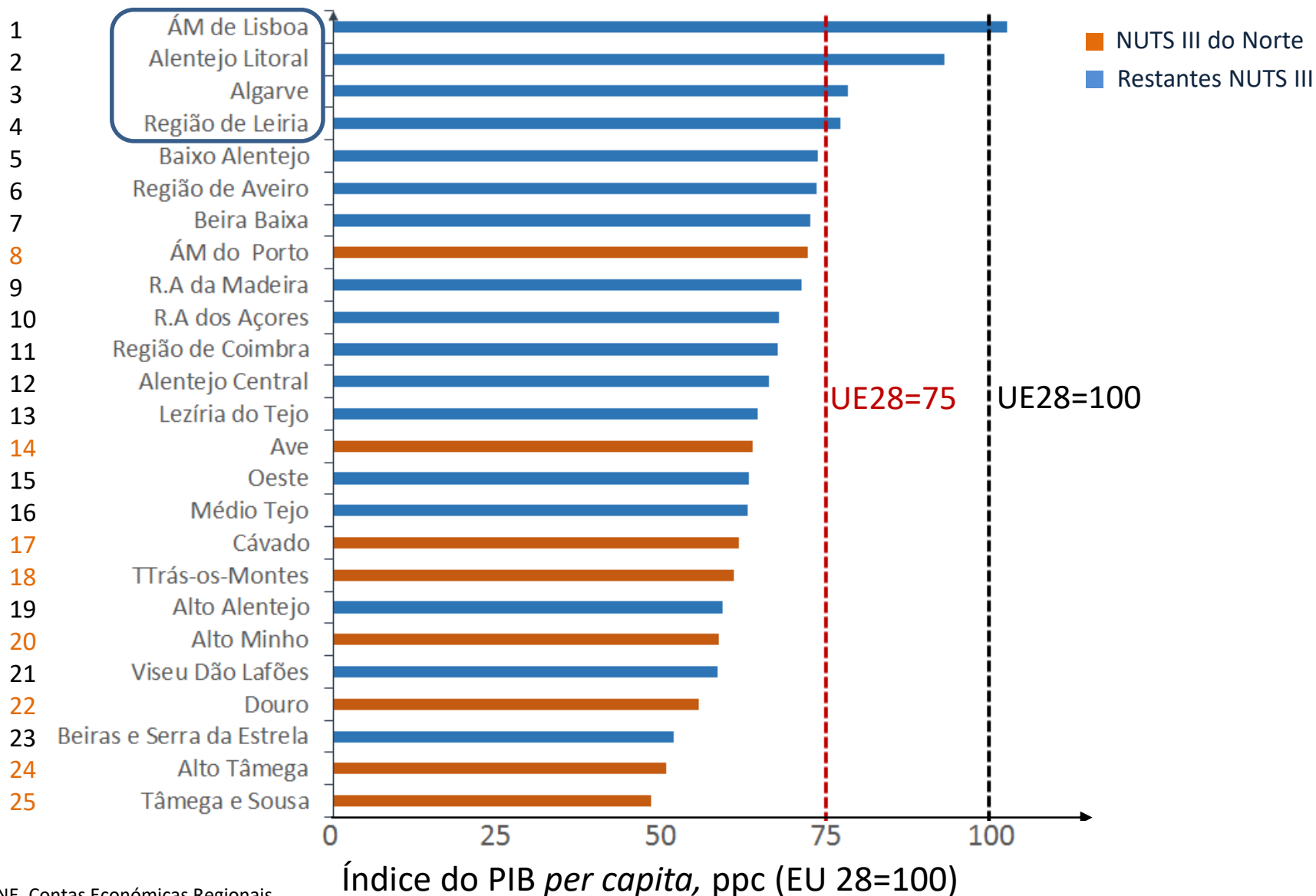
19. Estádio de desenvolvimento em 2015

PIB *per capita*, ppc (EU28=100) em 2015



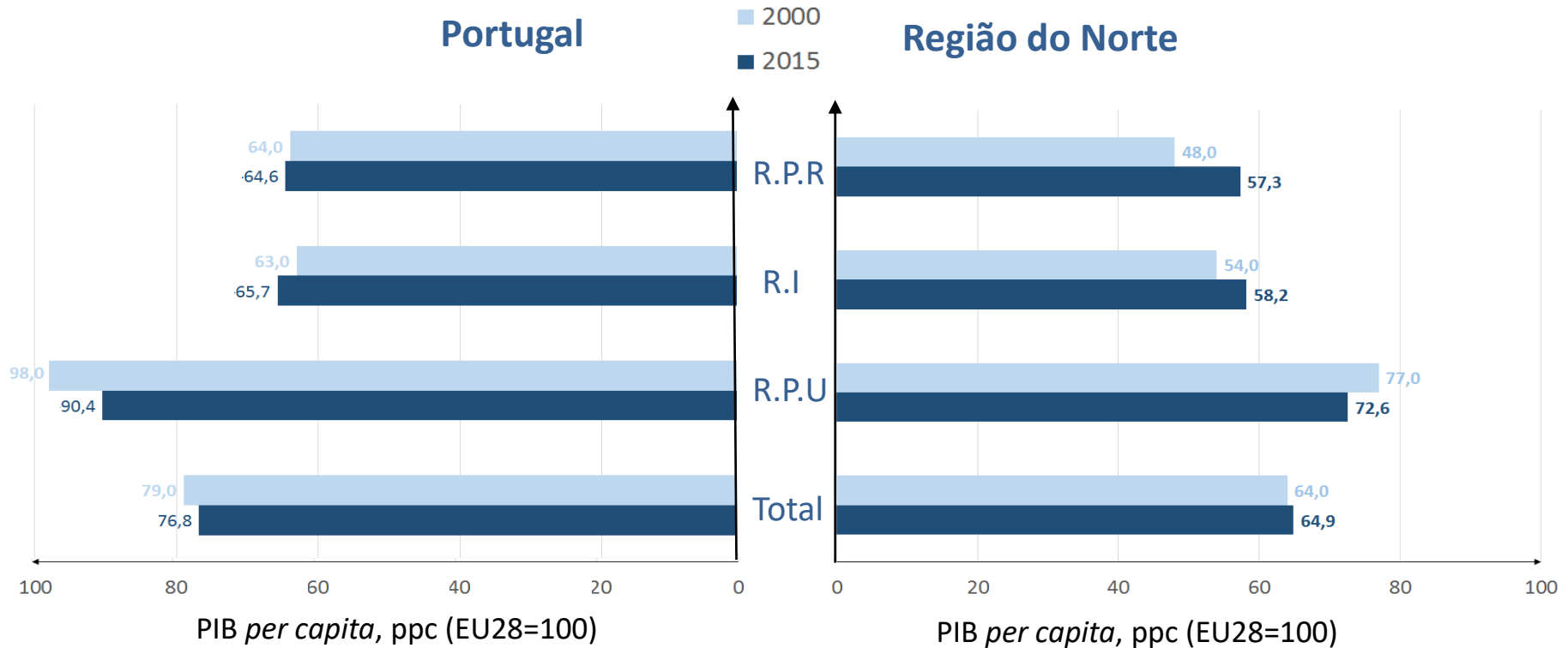
20. Ranking nacional do PIB *per capita*, ppc – NUTS III

Ano de 2015



21. Tipologia urbano-rural (Metodologia Eurostat)

PIB *per capita*, ppc (EU28=100)



Legenda:

- R.P.R – Regiões Predominantemente Rurais
- R.I – Regiões Intermédias
- R.P.U – Regiões Predominantemente Urbanas

Conclusões

1. O período em análise (2000-2015) é marcado por dois subperíodos. Há o antes e o depois da crise financeira internacional. Não é o melhor período para se retirarem conclusões sobre o efeito do dinamismo económico de territórios (NUTS II e NUTS III) sobre o crescimento e a convergência real dos países. A relação acaba por ser a inversa, isto é, o enquadramento macroeconómico dos países e a evolução da sua envolvente é que determinaram de forma significativa o dinamismo dos seus territórios;
2. No entanto, cada país tem uma oferta limitada de recursos que demora a crescer. A concentração das atividades económicas e a desigualdade territorial do rendimento são também explicadas pela distribuição desses recursos (força de trabalho, bens de capital). No curto prazo, o crescimento económico, para além das dinâmicas de inovação, do contexto institucional e da produtividade desses recursos, depende desse “stock” naturalmente;
3. Mas não importa somente a dimensão do “stock”. A dimensão qualitativa desse “stock” conta muito. As regiões apresentam vantagens competitivas e níveis de especialização heterogéneas que não podem ser replicadas noutras regiões, acrescendo o facto de muitos recursos serem endógenos (recursos tendencialmente intransferíveis e inimitáveis). Estas fontes de diferenciação explicam, para além das economias de aglomeração, as diferenças territoriais ao nível do produto e do rendimento;

Conclusões

4. Algumas regiões aglomeram mais atividades e pessoas em função de uma maior disponibilidade de fornecedores, trabalhadores qualificados, consumidores, bens e serviços diferenciados num espaço que, pela relações económicas e históricas estabelecidas, ganham rendas de aglomeração;
5. Todavia, as regiões não são ilhas. Os agentes das diferentes regiões no contexto de um país interagem com efeitos de retroação positiva. O resultado não é de soma nula ou de soma negativa. O resultado é de soma positiva. A integração económica de diferentes territórios gera “almoços grátis” (externalidades interterritoriais ou “spillovers” na linguagem económica);
6. Portugal registou um período de estagnação económica face à UE28, entre 2000 e 2015. Apesar do crescimento económico nacional ter sido praticamente nulo, alcançaram-se ligeiros ganhos de coesão territorial entre as regiões NUTS II mais pobres, persistindo, no entanto, uma forte assimetria nacional entre o PIB “per capita” da Área Metropolitana de Lisboa e o das restantes NUTS II de Portugal;
7. O contributo para o crescimento económico da Região do Norte ocorreu fora da Área Metropolitana do Porto, com as NUTS III menos desenvolvidas a apresentarem um dinamismo económico bastante superior ao da média da região NUTS II. No entanto, a convergência destes territórios foi explicada, apenas, pelo crescimento da produtividade do trabalho em detrimento do emprego;

Conclusões

8. Existe a necessidade de reforçar o papel da Área Metropolitana do Porto na promoção do crescimento económico e da inovação (economias de aglomeração do tipo “spillover”), na prestação de serviços diferenciados e de apoio ao desenvolvimento industrial nas cidades regionais e estruturantes. Essa crescente articulação funcional entre a Área Metropolitana do Porto e a sua envolvente industrial é demonstrada pela recomposição sectorial da atividade económica e do emprego nos principais centros urbanos;
9. Os restantes territórios devem promover as atividades económicas que os diferenciem, incrementando a utilização dos recursos endógenos existentes. A especialização territorial e a articulação funcional são fundamentais para a consolidação do sistema urbano regional, tornando a Região do Norte como um todo mais competitiva, diversificada e resiliente;
10. A coexistência de territórios especializados e diversificados permite promover a resiliência da economia regional, através: (i) da resistência a choques externos (medida pela amplitude da perda de bem-estar); (ii) da recuperação da trajetória de crescimento (medida pela amplitude de recuperação de bem-estar); (iii) da alteração do perfil de especialização para atividades mais produtivas (medida pela criação de novas atividades intensivas em conhecimento); (iv) intensificação do papel da especialização inteligente na realização de estratégias de “variedade relacionada”, ou seja, de estratégias que facilitem a mobilidade intersectorial dos recursos, reduzam os riscos de “lock-in”.

Secção Permanente de Estatísticas de Base Territorial (SPEBT)

Territórios e Convergência Real

Vasco Leite e Rui Monteiro
CCDRN